



REQUERIMENTO Nº _____/2026

A Vereadora que o presente subscreve, depois de observar as normas regimentais, **REQUER** à Mesa Diretora a expedição de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando que preste a esta Casa Legislativa as seguintes informações detalhadas:

1. Relação de quais unidades da rede municipal de saúde (Hospitais, UPAs, UBSs e CAPS) operam atualmente com o sistema de prontuário 100% digital e integrado, especificando também quais delas ainda utilizam fichas físicas ou sistemas isolados de armazenamento de dados.
2. Relatório informando o tempo médio de espera informatizado para a regulação de exames de média e alta complexidade, discriminado por especialidade médica, relativo aos últimos 12 meses.

Sala das Sessões, 23 de Maio de 2026.

Liomar Queiroz dos Santos
Vereadora- Autora

Elaboração: R.O

Justificativa:

A presente proposição ampara-se no dever constitucional e regimental do Poder Legislativo de exercer a fiscalização contínua dos atos administrativos, zelando pela eficiência e transparência na gestão dos serviços de saúde oferecidos à população macaense. O conhecimento do nível de informatização e de integração das unidades de saúde, como a transição para o prontuário eletrônico único, é indispensável para mensurar a modernização da rede e a capacidade de resposta na continuidade do tratamento dos pacientes. Da mesma forma, monitorar os indicadores de tempo de espera na regulação de exames complexos e auditar os contratos de manutenção de insumos diagnósticos de urgência — como tomógrafos no HPM e na UPA da Barra — são medidas necessárias para combater a inércia administrativa e evitar o represamento de demandas cirúrgicas e laboratoriais. A prestação destas informações confere subsídios técnicos para que esta Casa de Leis possa colaborar na otimização orçamentária do setor, garantindo que a infraestrutura tecnológica e médica municipal atenda aos princípios da dignidade humana, da celeridade e da continuidade do serviço público essencial.